

# “Cabe às Águas de Portugal assumir sempre de forma humilde, mas com orgulho, o papel essencial que desempenha no país”

17 de Dezembro, 2021

“Quando olho para as organizações, sinto cada vez mais que têm um número reduzidíssimo de angústias estratégicas ao longo da sua vida: são mesmo poucas as opções estratégicas que verdadeiramente uma organização empresarial tem que fazer”. A declaração é de **João Pedro Matos Fernandes**, ministro do Ambiente e da Ação Climática, que falou esta sexta-feira, dia 17 de dezembro, na sessão de apresentação da política de integridade do **Grupo Águas de Portugal** (AdP). O compromisso de integridade assumido pelo Grupo está assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

Partilhando a sua experiência relativa às empresas, Matos Fernandes constata que uma organização corre bem ou mal consoante consegue definir e controlar bem os seus processos: “Isto é absolutamente essencial no fazer da diferença”. E é nesse “controlar dos mesmos processos” que é essencial “envolver todos, ter princípios claros e ser capaz de comunicar”, refere, destacando que a “comunicação” e a “gestão dos recursos humanos” é da maior importância numa empresa. Aliás, a “grande diferença” na gestão de uma empresa pública e de uma empresa privada é a gestão de recursos humanos: “Não podemos nós, no setor público, diferenciar e destacar: é aqui que está a principal diferença, que é conquistar sempre as pessoas”. O conceito “integridade” pode mesmo ser um “excelente agregador” num tempo estranho e de desconfiança, pelo qual todos vivem: “É onde, de facto, podemos criar condições dentro das nossas organizações e é essencial para projetar uma empresa de dentro para fora”, afinha.

O compromisso de integridade apresentado é no entender do governante um “desafio grande” no sentido em que também a AdP é uma “grande empresa” na sua dimensão e na responsabilidade que tem: “Cabe às AdP saber pensar e saber projetar o futuro, acompanhado por aqueles que serão sempre impulsionadores e vozes críticas das nossas vontades”. E cabe também à AdP assumir sempre de forma “humilde, mas com orgulho no papel essencial que desempenha” no país: “Não temos que ser modestos na compreensão da nossa relevância”. Olhando para a AdP, o ministro do Ambiente reconhece que é uma empresa “profundamente amarrada ao território” que reconhece as “diferenças” e o “papel SEMINAL [??] que tem para a garantia da saúde pública” dos portugueses: “Temos de reconhecer que somos o maior consumidor público de eletricidade”. E, por isto, precisa o ministro, a AdP desafiou-se a ser neutra do ponto de vista carbónico e energético até 2030, sendo o primeiro grupo no mundo a fazê-lo: “É da maior relevância para o clima”. Mas, tão importante é também aprender

que a partir do ciclo da água, a “circularidade na utilização de recurso e na projeção da economia”, a “noção da eficiência” e a “racionalidade da suficiência” se justificam a partir do uso do recurso: “Ainda há muitos que acham que se pode olhar a água do lado da oferta, ma, acho que é cada vez mais evidente que é preciso olhar a água do lado da procura e da sua racionalidade de uso, sem tirar qualidade de vida a ninguém e garantindo os seus padrões de saúde pública”. Nestas matérias, “não tenho dúvidas nenhuma do quão importante a AdP é na manutenção e na projeção da saúde pública no nosso país”, remata.